



Seminario Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

A RELAÇÃO CAPITAL & TRABALHO E A MOBILIDADE HUMANA NA TR NA TRÍPLICE FRONTEIRA (BR, PY, AR)

MARGARETE FRASSON⁶¹
ROCHA MÁRCIO MENDES⁶²

RESUMO

A dinâmica capitalista neoliberal insere uma nova lógica ao processo produtivo e cria novas fronteiras ao cidadão. Este estudo⁶³ busca entender a mobilidade humana na Tríplice Fronteira -Foz do Iguaçu-Brasil, Puerto Iguazú-Argentina e Ciudad del Este-Paraguai- a partir do discurso integracionista na região (1995 – 2015) em sua relação capital & trabalho. Para tanto, utiliza-se do formulário preenchido por 1629 alunos do Ensino Médio, e da fotografia para registro de indícios de mobilidade humana nas ruas dessas cidades. As informações obtidas com este estudo permite dar visibilidade à Mobilidade Humana como mobilidade forçada. Conclui que essa mobilidade se expressa no local como negação da cidadania ao sujeito.

⁶¹ Margarete Frasson. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Integrante do Núcleo de Estudos Mobilidade e Mobilização – NEMO. E-mail: marga.sti@hotmail.com.

⁶² Rocha Márcio Mendes. Doutor em Geografia, professor do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia, da Universidade Estadual de Maringá - UEM. Coordenador do Núcleo de Estudos Mobilidade e Mobilização – NEMO. E-mail: mmrocha@uem.br.

⁶³ Este estudo é parte da pesquisa do Doutorado realizado na Universidade Estadual de Maringá, no Programa de Pós-Graduação em Geografia na linha de pesquisa “Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

INTRODUÇÃO

A Tríplice Fronteira trata-se de lugares marcados por fronteiras internacionais entre países diferentes e por inter-relações de poder entre eles. E, relações de poder no interior dos Estados Nacionais. O capital que ali se instalou pela construção de Itaipu e pela abertura em Ciudad del Este de um centro comercial com mercadorias e capital vindos de diferentes partes do mundo, mobilizou também a força de trabalho de diversos países. Esse processo foi expropriando os antigos habitantes de seus postos de trabalho e do espaço antes ocupado por eles, deslocados pela nova configuração das atividades econômicas.

As relações no contexto cotidiano dessa população fronteiriça colocam em evidência como o cidadão se apropria do espaço-tempo, ou como é expropriado por ele em função das novas exigências do capital. Assim, busca-se entender a mobilidade humana na Tríplice Fronteira - Foz do Iguaçu-Brasil, Puerto Iguazú-Argentina e Ciudad del Este-Paraguai - a partir do discurso integracionista na região (1995-2015) em sua relação capital e trabalho. A pesquisa ocorre na área urbana das três cidades, em 26 Instituições de Ensino públicas e privadas que atendem ao Ensino Médio. Coletou-se informações por meio de formulário preenchido por 1626 estudantes. Estes dados, e as imagens fotográficas captadas na cotidianidade da vida social da rua dessas cidades, permitiram estabelecer diálogo com pensadores teórico-críticos a fim de colocar o *espaço em evidência ao cidadão*.

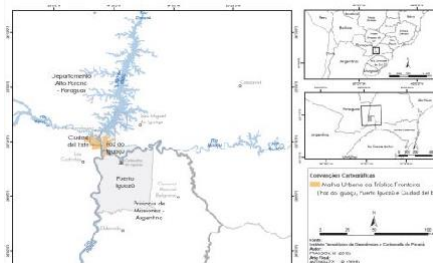
Assim, a pesquisa ao identificar a mobilidade da força de trabalho internacional por meio dos estudantes

dos três países da região, e ao buscar responder à pergunta "*O que reflete as coisas da rua sobre a mobilidade humana cotidiana da vida social da Tríplice Fronteira?*", por meio do registro fotográfico, discute inicialmente a fronteira como centro do espaço político, econômico, social; na sequência a lógica do capital e trabalho na Tríplice Fronteira e finaliza ao evidenciar os espaços de sobrevivência e de resistência dos trabalhadores excedentes.

A FRONTEIRA COMO CENTRO DO ESPAÇO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL

As cidades que constituem a área urbana da Tríplice Fronteira (Figura 1), trata-se de uma das nove regiões de três fronteiras internacionais existentes no lado ocidental do Brasil.

Figura 1: Localização da Tríplice Fronteira



Brasil, Paraguai e Argentina onde se localiza a área urbana em estudo (Figura 1) são Estados pertencentes ao bloco econômico Mercosul. O início da instituição do Mercosul, se dá pelo Protocolo de Cooperação assinado entre Brasil e Argentina durante a década de 1980. É nessa época que se iniciam os processos para a implantação de uma política neoliberal que se intensifica a partir de 1990 na região. Na perspectiva da normativa internacional, o Tratado de Assunção (de 23.03.1991), o

Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

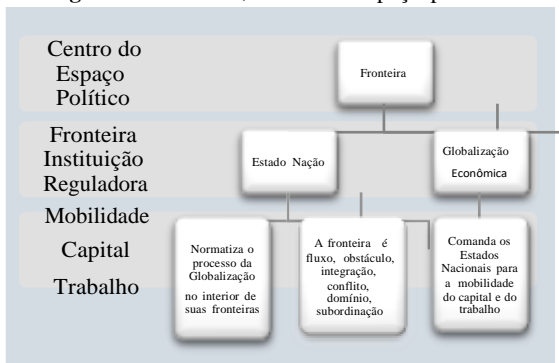
"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

Protocolo Adicional de Ouro Preto (de 17.12.1994), o Protocolo de Brasília (de 17.12.1991), o Protocolo de Olivos e o Protocolo de Ushuaia (de 24.07.1998) revelam intentos de integração regional alicerçada em processos institucionais com ênfase no aspecto econômico (Benvenuto, 2016).

A força de trabalho se desloca no espaço mundial na direção de onde há investimentos de capital. Evidencia-se que o processo de globalização neoliberal, ao liberar o capital para que circule com a menor quantidade de obstáculos possível, desenvolve uma relação de forças entre capital e trabalho (Sader, 2001). Nessa relação, favorece o primeiro, pelo aumento do desemprego ou pela fragmentação social que introduz. A presença das três fronteiras, com acesso a outras fronteiras de países sul-americanos, permite ao capital especulativo transitar entre elas, possibilitando a sua acumulação, dessa maneira, se entende a fronteira não mais como a periferia do Estado Nacional, mas como centro do espaço político (Figura 2).

Figura 2: Fronteira, centro do espaço político



Fonte: Organizado pelos autores (julho de 2016)

Dessa forma (Figura 2), evidencia-se de acordo com (Bourdieu, 2001) que a "[...] Globalização é um mito no sentido forte do termo, um discurso poderoso, uma 'ideia-força', uma ideia que tem força social que realiza a

crença" (p. 30). Dentro dessa política, a *parcela dos sem parcela*, entendendo-se, como os destituídos de direitos fundamentais à existência humana, convive com "[...] a máscara justificadora de uma política que visa universalizar os interesses e a tradição particulares das potências econômicas e politicamente dominantes" (p. 90). Do mesmo modo, a integração por bloco econômico e que tenta formalizar o discurso da globalização nos Estados Nacionais, impõe ao local uma política global, sob a *máscara integracionista*. Assim, os alunos que se encontram matriculados em estabelecimentos de ensino, em nível médio, localizados nas três cidades da Tríplice Fronteira, informam a existência dessa mobilidade no interior de suas famílias. Isso significa que pai, mãe ou irmão se encontram trabalhando em outro país, conforme mostra a Figura 3.

De acordo com Bernardino (2014, p. 135), a "[...] mobilidade da força de trabalho é uma pré-condição para a existência/funcionamento e a expansão dos espaços do capital", conforme mostra a (Figura 3). Então, o processo de globalização intensifica a macromobilidade física. De acordo com Rocha (1998), essa mobilidade se constitui por deslocamentos físicos pelos indivíduos em diferentes escalas (internacional, nacional, estadual e municipal).

Dessa maneira, os cursos do ensino médio na Tríplice Fronteira dão ênfase a atender a economia local e conseqüentemente ao capital, precariza a formação humana. Nesse sentido, as implicações que incidem na vida das pessoas por meio das transformações provocadas pela globalização conduzem a fronteiras entre o trabalhador e suas características humanas de fazer-se homem pela formação e pelo trabalho.

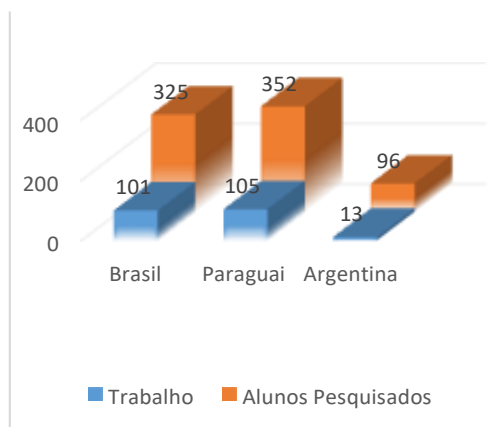
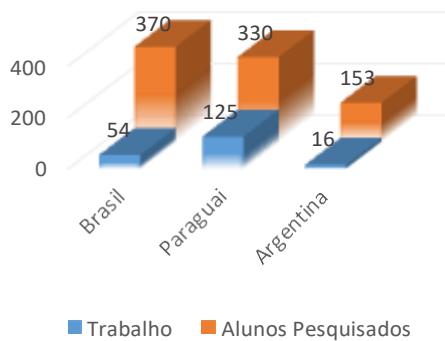
Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

Essas fronteiras encontram-se presentes no “[...] déficit de cidadania popular, à condição de massa de manobra da população, e que lhe impede de comparecer como protagonista de sua própria história” (Demo, 2009, p. 1). Nessa medida e, com políticas sociais restritas (fator comum aos três países) desestabiliza a sociedade local e coloca o indivíduo numa situação de vulnerabilidade, incerteza e precariedade.

Figura 3: Mobilidade para o trabalho em outro Estado Nacional (pai, mãe ou irmão)



Fonte: Pesquisa de campo, ago. 2016. Org. autores (julho de 2016)

A LÓGICA DO CAPITAL E TRABALHO NA TRÍPLICE FRONTEIRA

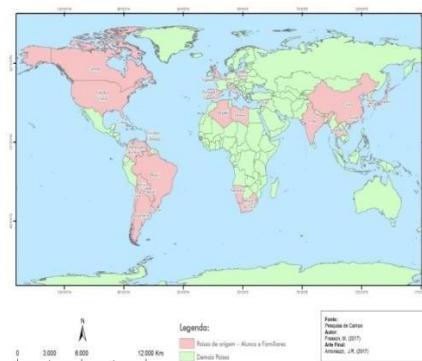
A força de trabalho, ao ser considerada capital humano, altera o seu sentido

histórico original, passa a caracterizar-se pela oferta e demanda. A mobilidade da força de trabalho ao ligar-se à produtividade e à expansão física do capital, submete-se à sua lógica e se transforma em mercadoria.

Evidencia-se que em uma das instituições públicas de Ciudad del Este a mobilidade da força de trabalho de familiares chega a 40%. Segundo um diretor de estabelecimento de ensino público do Paraguai, esses pais não atravessam simplesmente a fronteira internacional existente no local. Eles se encontram em países europeus, principalmente na Espanha. E, enquanto migrantes não usufruem dos direitos dos trabalhadores nacionais daquele país.

Ao mesmo tempo, em instituições de ensino médio na Região, da Tríplice Fronteira, identifica-se a presença de homens e de mulheres vindos de diferentes partes do mundo (Figura 4) e que se dedicam, neste espaço, a alguma atividade laboral.

Figura 4: Origem da mobilidade familiares e alunos do ensino médio



A restauração do processo produtivo com novas tecnologias e com novas formas de organização da produção aumenta os índices de exploração da força de trabalho e sujeita as culturas locais e os cidadãos à lógica do capital (Figura 4).

O trabalho (Quadro 1) integra um dos direitos efetivos da vida humana. Na atual conjuntura, “[...] *os homens estão disponíveis, o seu trabalho compra-se e vende-se facilmente num mercado alimentado permanentemente pelos desempregados e rurais desenraizados*” (Gaudemar, 1977, p. 56).

Figura 5: Centro Comercial de Ciudad del Este-Paraguai



Fonte: Acervo particular dos autores (novembro de 2016)

Quadro 1: Processo de sujeição do trabalho ao capital

Capital	Trabalho	Consequências
No ímpeto por acumular, volta-se ao setor especulativo, utiliza-se de novos arranjos técnicos e exclui a força de trabalho.	Perde seu sentido histórico original e se constitui em mercadoria com oferta e demanda. A força do trabalho passa a ser expulsa do processo produtivo.	Os sujeitos sociais se tornam descartáveis, o capital se constitui em uma força social destrutiva ao trabalho e ao trabalhador e as pessoas são separadas de seus direitos conquistados enquanto seres humanos no interior do Estado.

Fonte: Org. autores (julho de 2016)

Assim, o espaço urbano do centro comercial de Ciudad del Este representado pela Figura 5, traz à tona uma prática comercial onde a mercadoria vende a ideologia da sociedade capitalista de consumo. Assim, a ideologia passa a ser construída a partir da forma como se organizam os elementos no espaço, em seu processo de comercialização dos produtos. Nesse sentido, o que está em

jogo não é apenas o valor (de uso) da mercadoria, mas o valor da ideologia que essa prática internaliza nas pessoas ao comercializar e adquirir o produto.

O desafio que impõe o enquadramento da imagem (Figura 5) ao representar a dinâmica da realidade econômica política e ideológica construída por acordos e tratados entre países, permite evidenciar que *o externo ganha valor de interno* ao ser representado pelas mercadorias importadas e comercializadas nos *shoppings*. Suas lojas comercializam mercadorias produzidas em diferentes partes do mundo. No interior desses espaços podem ser encontradas mercadorias de qualidade, que os seus comerciantes fornecem garantia de durabilidade.

A dinamicidade representada (Figura 5) nesse local, também expõe a contradição do espaço capitalista, pois *o interno ganha valor de externo*, pelo comércio que se desenvolve à margem das grandes lojas, sob guarda-sol e barracas, muitas delas, até recentemente eram cobertas por lonas “[...] *modelo de organização da estrutura que compõe os lugares de resistência e os espaços do capital, onde suas características se opõem e se complementam*” (Bernardino, 2014, p. 96). Trata-se de um comércio que pode ser classificado como externo, por ocorrer fora dos *shoppings centers* e das galerias. As mercadorias se apresentam com qualidade inferior e seu comércio é desenvolvido pela população local, trabalhadores informais com poder econômico menor. Vê-se os afrontes da realidade urbana a justaposição da riqueza e da pobreza.

A Figura 6 retrata uma área urbana periférica de Ciudad del Este. No centro

da imagem o que se vê⁶⁴ são vegetais produzidos no Paraguai e que fazem parte da cultura autóctone. Essa atividade se apresenta como oportunidade de sobrevivência e como lugar de resistência, contrariando as orientações e os padrões de comércio do capitalismo global quanto a higiene, a procedência, entre outros requisitos de comercialização.

Essa Imagem (Figura 6), apresenta seu poder ao tornar presente a inter-relação capital, trabalho e Estado Nação, pois demonstra a sujeição do trabalho ao comando do capital. Esse vendedor ambulante transforma a bebida (tereré – cultura guarani no Paraguai), cujo valor estava agregado à saúde e ao convívio familiar⁶⁵, e faz dessa prática cultural uma forma de sobrevivência em espaço ocupado pelo capital.

Evidencia-se, a partir das Figuras 5 e 6, que Ciudad del Este se encontra inserida num contexto onde o Estado, como unidade-centralizadora, estabelece, em favor do capital monopolista, transformações institucionais permeáveis aos interesses dessa classe (Poulantzas, 2000). O Estado toma esses interesses como centros de orientação da política de Estado. Outra característica que se destaca nesta análise da lógica do capital, é a questão do tempo.

⁶⁴ Uma bancada com ervas de diferentes espécies em condição natural. Ervas utilizadas no tereré. No momento do registro fotográfico, o vendedor ambulante, com cerca de 65 anos, que fala com dificuldade o espanhol, misturando alguns termos em guarani, prepara no pilão um macerado de ervas. Trata-se da encomenda de um de seus clientes que se encontra dentro do carro azul estacionado ao lado do ponto de vendas (lado direito da imagem).

⁶⁵ Aproximando as pessoas ao compartilharem a mesma cuia.

Figura 6: Banca de ervas para tereré no Bairro Cidade Nova Ciudad de Este-Paraguai



Fonte: Acervo particular dos autores (novembro de 2016)

No mercado, se o tempo for acelerado, o processo de acumulação do capital ocorre de maneira mais rápida. O processo evolutivo do ser humano para viver em equilíbrio, construir conhecimento e desenvolver as atividades para ter uma vida saudável, encontra-se vinculado ao tempo lento. Nesse sentido, as pessoas vêm em primeiro lugar e não o mercado.

As fotografias das Figura 7 e 8 representam uma parcela significativa de cidadãos fronteiriços que vivem do trabalho de sobrevivência. Uma das características deste trabalho é a ausência do contrato formal de trabalho, trata-se de atividade que não apresenta formato específico para ser desenvolvida. No contexto de economia capitalista, *“A informalidade é um processo que está em crescimento. É na periferia que a informalização ganha velocidade e abrangência incomparáveis. [...], como a tendência central no mundo do trabalho”* (Oliveira, 2000, p. 13).

O enquadramento da Fotografia (Figura 7), mostra a circulação de mercadorias com baixo custo para o capital. O trabalho informal utiliza os desempregados em ocupação que movimentam essa circularidade de mercadoria. Essa atividade desenvolvida pelo comércio informal contribui substancialmente com a acumulação capitalista. O trabalho

informal, auxilia o processo produtivo a fechar o seu ciclo para que o capital se reproduza de forma rápida.

Figura 7: Trabalho informal em Foz do Iguaçu-BR



Fonte: Acervo particular dos autores (novembro de 2016)

A Figura 7, registra a luta por sobrevivência. Ela apresenta atividades de trabalho formal e informal no centro de Foz do Iguaçu. Quanto à informalidade que se faz presente na imagem, trata-se de um comércio considerado, pela legislação desse município, como ilegal. Representam, ainda, os deslocamentos forçados dentro de um exército de reserva, ou seja, trabalhadores inseridos no processo de micromobilidade física entre países. Uma força de trabalho praticada por trabalhadores excluídos do processo produtivo ou, ainda, fica a dúvida se “*teriam eles sido incluídos em algum momento?*”, mas enfim, eles buscam, na prática informal, e na mobilidade física entre países a sua sobrevivência cotidiana.

A existência da mobilidade e informalidade da força de trabalho sugere que: (i) os deslocamentos domicílio-trabalho/estudo podem ser considerados como hipótese de que a modalidade de mobilidade física forçada permite a apreensão de novas dimensões do processo de reestruturação do espaço; (ii) as mobilidades entre territórios constituem possibilidades de valer-se dos benefícios ou contornar extremismos promovidos pelos territórios; (iii) a

fronteira entre territórios é empregada para separar as pessoas de seus direitos conquistados enquanto cidadãos, vinculados a um território; (iv) nesta trama, há trabalhadores que são considerados como problema social, devido às formas de inclusão excludente no sistema social vivido por ele na fronteira. Isso assim ocorre, devido à luta pela sobrevivência, em razão de envolverem-se em atividades que a sociedade se utiliza, porém, as excluem por considerá-las ilícitas e degradantes; Diante da lógica do capital que submete o trabalho e o trabalhador sob sua racionalidade e das hipóteses formuladas, fica a pergunta: “*Seria possível, desenvolver um modelo de desenvolvimento diferente do neoliberal que pudesse reinventar as cidadanias?*”.

TRABALHADORES EXCEDENTES: SOBREVIVÊNCIA E RESISTÊNCIA

O processo de mobilidade do sujeito para conseguir trabalho encontra-se vinculado a uma política conjuntural. Essa política revela as feições das sociedades contemporâneas marcadas pela estrutura econômica, política e ideológica do capitalismo neoliberal. O controle social do trabalho pelo capital se desenvolve em caráter mundial. Logo, “*As reservas de trabalho existem em toda parte e há poucas barreiras geográficas ao acesso capitalista*” (Harvey, 2011, p. 61). Os acordos internacionais entre países protegem o capital e o seu deslocamento no espaço para que se aproprie dessas reservas de trabalho. Do mesmo modo, ocorre a mobilidade do trabalhador, no entanto, sem a mesma facilidade. Considera-se que os efeitos da mudança nos estilos de produção e de troca

contemporâneos, vinculados à reprodução do capital, incidem diretamente no modelo institucional de Estado Nacional, no qual as políticas sociais perdem o foco e as consequências recaem sobre o cidadão. Na Região da Tríplice Fronteira, ao analisar a mobilidade humana nesse espaço, ao mesmo tempo que recebe uma força de trabalho proveniente de diferentes países, depara-se com nacionais que se mobilizam para outros países como também encontram-se disponíveis para o trabalho diferentes grupos de exclusão: (i) os remanescentes de Itaipu tanto do lado paraguaio como os do lado brasileiro; (ii) os rurais desenraizados pela substituição da pequena propriedade de agricultura de sobrevivência pela produção agrícola química e mecânica; e (iii) os excluídos por fazerem parte do espaço instalado o Centro Comercial.

A Figura 8⁶⁶ fornece indícios, acerca da sobrevivência, a prática do trabalho informal, ou trabalho de sobrevivência, por pais de alunos que estudam no Colégio San Blás, localizado a cerca de duas ou três quadras do centro comercial de Ciudad del Este.

São trabalhadores (Figura 8) que se tornaram excedentes pela inserção neste espaço de uma atividade econômica para a qual eles não se encontram qualificados. O centro comercial de Ciudad del Este é compreendido como espaço globalizado, pois ali se comercializam mercadorias vindas de diferentes partes do mundo. O global está por toda a parte. Até nos *lugares de*

resistência, como nos produtos vendidos pelos ambulantes.

Figura 8: Trabalho e cidadania em Ciudad del Este-PY



Fonte: Acervo particular dos autores (novembro de 2016)

Assim, percebe-se que a rua se torna "[...] o reflexo das coisas que ela liga, mais viva que as coisas" (Lefebvre apud Carlos, 2007, p. 54). A rua reflete outra racionalidade paralela no espaço ocupado pela feirinha na Argentina. Essa atividade propõe algumas observações. Uma delas é que as atividades ali desenvolvidas ocupam um espaço público e de forma coletiva. As vendas (Figura 9) são realizadas pelos proprietários e familiares. Os locais de venda ocorrem em pequenas barracas e com estoques pequenos de mercadorias. Essas racionalidades paralelas ao poder hegemônico permitem a sobrevivência do cidadão fronteiriço no local. Admitem, por sua vez, a esses sujeitos abrir mão da mobilidade humana para outros espaços em busca de sobrevivência.

As características presentes na paisagem da rua, expressas no cotidiano da vida social, capturadas pela fotografia expressas neste texto pelas Figuras 8 e 9, retratam, de acordo Harvey (2005), Soja (1993) e Santos (1979), citados por Bernardino (2014, p. 99), lugares de resistência, de sobrevivência e de luta, mas também de abandono.

⁶⁶ Pais que aguardam a saída dos filhos em frente ao Colégio San Blás. Esses pais são trabalhadores que estiveram durante todo o dia exercendo seu ofício nas ruas da cidade. Os filhos estudam no pré-escolar ou séries iniciais da educação básica.

Figura 9: Fronteiras ao capital, outra racionalidade
Feirinha-AR



Fonte: ACATI⁶⁷ – Asociación Civil Atractivos Turísticos de Iguazú

Observa-se, no contexto dessa realidade existencial, representada pelas Figuras 8 e 9) uma prática social que se apresenta como se os indivíduos vivessem em uma espacialidade que permeia outra espacialidade e nas suas dobras buscassem a sobrevivência, sem dela fazer parte, mas que, no entanto, suas atividades ali desenvolvidas são produto e processo da trama urbana internacional de uma sociedade de consumidores marcada pela informalidade, pela flexibilidade e pela precariedade.

Então, a cidadania do sujeito em mobilidade espacial em busca de sobrevivência necessita ser repensada. Esse fato exige um conceito e uma práxis de cidadania que esteja também do outro lado da fronteira nacional. Requer os direitos humanos, como direito constituído no contexto global, e essa responsabilidade solicita que seja atribuída à comunidade global, não apenas ao Estado Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade da força de trabalho acompanhada pelo discurso de integração regional fronteiriça entre Brasil, Paraguai e Argentina, oculta a problemática estrutural no interior dos Estados nacionais, o que vem

conduzindo a uma precarização das formas de trabalho e da vida de certos grupos de indivíduos, conduzindo-os a um processo de negação de sua cidadania. A flexibilização do processo produtivo, as dissimetrias entre países da mesma região e a dependência em relação aos países centrais (modelo capitalista), tudo isso têm conduzido à mobilidade humana na Tríplice Fronteira e acarretando a um processo de negação da cidadania. Isso, ao compreender que a resistência à exploração pressupõe a consciência dos problemas locais e de sua própria condição de existência. Assim, considera-se que o acesso a determinados conteúdos pela educação daria ao cidadão em mobilidade, como a seus descendentes, um mínimo de organização política com a possibilidade de resistência a certas medidas que se apresentam como integradoras, mas que, ao serem colocadas em prática, são avassaladoras das condições sociais de vida digna. A resistência pressupõe, entretanto, a consciência dos problemas locais e de sua própria condição de existência enquanto cidadão considerado historicamente e constituído de direitos ligados à dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BENVENUTO, J. Integração regional a partir da fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai. Curitiba, PR: Juruá, 2016.

BERNARDINO, V. M. P. A mobilidade da força de trabalho e do consumo nas feiras de Maringá (PR - Brasil) e de Leiria (Portugal): a resistência dos trabalhadores e consumidores do setor no contexto do capitalismo global. 2014. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

⁶⁷ <http://www.atractivosiguazu.com>



**Seminário Internacional de los espacios de frontera
V GEOFRONTERAS**

"Territorialidades y Sujetos transfronterizos"

Compiladores: Norma Oviedo, Diana Mabel Arellano y Froilán Fernández

CARLOS, A. F. A. O lugarno/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.

DEMO, P. QUALIDADE HUMANA, somos corpo e alma, nem só corpo, nem só alma. Campinas-SP: Autores Associados, 2009.

GAUDEMAR, J. P. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Estampa. 1977.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Anneblume, 2005.

HARVEY, D. O enigma do capital e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, F. Passagem na Neblina. In: OLIVEIRA, Francisco de; STEDILE, João Pedro; GENOINO, José. Socialismo em discussão: classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

OLIVEIRA, L. A. P. de; OLIVEIRA, A. T. R. (Org.). Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

POULANTZAS, N. O estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

ROCHA, M. M. A espacialidade das mobilidades urbanas: um olhar para o Norte Central Paranaense. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SADER, E. Hegemonía y contrahegemonía para otro mundo posible. In: SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Comp.) Resistencias mundiales: de Seattle a Porto Alegre. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.